

**DIFERENÇAS E DIVERSIDADE:
A LÍNGUA COMO FORMA DE PRECONCEITO**

Juliete Maganha Silva (UENF)

ju.ms22@hotmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral (UENF)

shirlenacsa@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como foco as diferenças e a diversidade inerente a toda sociedade, incluindo uma abordagem linguística que trata dos preconceitos envolvidos nesse âmbito. O tema tem como pressuposto o fato de que a heterogeneidade social, sobre tudo linguística, não é devidamente reconhecida. Visto que está arraigado em nossa sociedade um sentimento de intolerância em relação às diferenças, torna-se um grande desafio transformar essa situação. Desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa foi discutir a diversidade, principalmente a linguística, e como esse conceito ainda é mal compreendido gerando discriminação. Buscou-se enfocar também o papel da escola enquanto formadora de concepções, e sua importância para o combate ao preconceito linguístico.

Palavras-chave:

Diversidade. Língua. Preconceito Linguístico.

1. Introdução

“[...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.” (Boaventura de Souza Santos)

A sociedade é caracterizada pela diversidade, seja em seu aspecto cultural, biológico, étnico, linguístico, religioso, etc. É através dela que a condição humana se compõe, é nela que o conceito de humanidade se fundamenta. As noções de diferença e pluralidade podem ser compreendidas como as principais formas de denominação de diversidade. Contudo, os desafios em lidar com a diversidade pode representar um grande problema, visto que está arraigado em nossa sociedade um sentimento de intolerância em relação às diferenças. Como dito por Marques (2012, p. 105) “na marcação das diferenças, parte-se do princípio de que as dife-

renças são inerentes à vida; entretanto, trabalha-se ainda a partir de dicotomias do tipo normal versus anormal, superior versus inferior, capaz versus incapaz e assim por diante”.

Em se tratando das diferenças inerentes também ao que diz respeito à diversidade linguística, existe ainda uma grande luta pelo seu reconhecimento e por um tratamento que abarque a língua em toda sua completude, isto é, suas variações que são tão importantes para a formação da identidade de seus grupos de falantes como qualquer outra manifestação cultural.

A crença em um país monolíngue ainda se faz muito presente no Brasil, tanto no âmbito da educação, como no político. São muitas as línguas faladas no país, entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além das variedades do próprio português. Esse patrimônio cultural é desconhecido por grande parte da população brasileira, entretanto, como afirma Bagno (2015), “a ciência linguística já provou e comprovou, que todas as línguas variam, e a variação ocorre em todos os níveis estruturais, e em todos os níveis de uso social”, revelando assim a verdadeira realidade de um país linguisticamente heterogêneo.

Nesse sentido a escola, como uma formadora de opinião e o fato de a educação, ou melhor, a falta dela, está sempre relacionada às raízes dos problemas sociais, tem um papel fundamental na desconstrução dos conceitos equivocados formadores dos “pré conceitos” que geram intolerância e discriminação. Porém, a realidade escolar pode não seguir por essa vertente da maneira mais profícua para a legitimação das diversidades inerente a qualquer sociedade. Como afirma Bourdieu (1966, p. 53), “a igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a diferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida”.

Dessa forma, este trabalho objetivou discutir a diversidade, principalmente a linguística, e como algumas questões no cerne das diferenças e da diversidade quando mal compreendidas podem contribuir para a discriminação. Buscou-se enfocar também o papel da escola enquanto formadora de concepções, e sua importância para o combate ao preconceito linguístico.

2. *Diversidade, igualdade e a escola*

É sabido que ao se pensar em vivência democrática em sociedade é impossível não pensar também em respeito às diversidades e às diferenças que fazem parte desse ambiente. Como afirmam Silva *et al.* (2017, p. 43), “a igualdade e a diversidade são os componentes formadores de Justiça plena”. Entendemos, como Silva *et al.* (2017, p. 40), que a igualdade “implica considerar as diferenças e peculiaridades inerentes a cada indivíduo”. Assim, em meio a conflitos, o direito de ser diferente baseia-se, segundo Dicher (2013), no reconhecimento que igualdade e diversidade estão profundamente ligadas, e não podem ser dissociadas. Ser diferente faz parte da natureza dos indivíduos enquanto membros de uma sociedade formada por culturas tão diversas.

Somos todos iguais por natureza e, paradoxalmente, também somos todos diferentes, quer individualmente quer culturalmente. Os dilemas morais decorrentes do “eu” e do “outro” abrangem os temas clássicos da filosofia do direito, tais como liberdade, coerção, justiça. Nenhum destes valores é universal – daí a doutrina do relativismo cultural. Por esta razão, a doutrina do relativismo cultural veda a emissão de julgamentos morais a respeito de outras culturas, pois estes julgamentos são relativos tão somente à cultura do emitente: independente do construto mediante o qual se busca a compensação dos elementos culturais, esta compensação não é, de fato, efetivada. (LEISTER, 2013, p. 14)

As diferenças se fazem indubitavelmente presentes na sociedade, e com elas a luta para reconhecê-las e respeitá-las. Isso, porém, não é tarefa fácil já que o preconceito e a intolerância têm raízes profundas e firmadas em terrenos sólidos de nossa sociedade. Contudo, “a discriminação tem nuances e se apresenta, muitas vezes, de forma sutil e, até mesmo, velada. Isso é possível ser notado porque, em várias situações, discrimina-se a pessoa baseando-se no discurso da garantia do tratamento igualitário” (SILVA *et al.*, 2017, p. 44).

Como Abramowicz *et al.* (2011) explicam, a indiferenciação entre diversidade e diferença revela diferentes noções e concepções. De forma geral, isso faz com que desigualdades e diferenças sejam veladas por uma falsa noção de diversidade através da qual se pede tolerância, porém com o objetivo de conservar a hegemonia de determinadas hierarquias. Isso porque, “a diversidade é a palavra chave da possibilidade de ampliar o campo do capital que penetra cada vez mais em subjetividades antes intactas. Vendem-se produtos para as diferenças, é preciso neste sentido incentivá-las” (ABRAMOWICZ *et al.*, 2011, p. 91).

Podemos inferir que ao enxergarmos a diversidade a partir de uma micro visão, conseguimos ver as peculiaridades sociais, as características individuais formadoras do todo. Já uma visão macro se torna superficial, isto é, reconhece-se que existem disparidades, entretanto essas não são vistas como deveriam. Com isso, ao se silenciar as diferenças e exaltar a diversidade, é criada uma normatividade no sentido que

(...) esta espécie de outro onde foram colocados e excluídos os diferentes, os racializados, colocados no lugar da doença e/ou do desvio e tratados como inexistentes, incivilizados, bárbaros, estranhos são de alguma maneira recapturados por uma rede denominada diversidade, e incorporados, ou melhor, incluídos, de forma que a diferença que anunciam não faça nenhuma diferença. (ABRAMOWICZ *et al.*, 2011, p. 93)

Todavia, como afirma Soares (2000, p. 14), “negar a existência de cultura em determinado grupo é negar a existência do próprio grupo”. Todos os grupos sociais têm cultura, isto é, todos os grupos têm sua maneira própria de se identificar, sejam através de comportamentos, valores, tradições, costumes, comuns e partilhados. Dessa forma, não se deve categorizar essas culturas de forma depreciativa. Deve-se, segundo a autora, reconhecer “que há uma diversidade de “culturas”, diferentes umas das outras, mas todas igualmente estruturadas, coerentes, complexas. Qualquer hierarquização de culturas seria cientificamente incorreta”. Ainda segundo Soares (2000), em países que sua organização se dá de forma capitalista, há uma valorização dos padrões culturais das classes dominantes. Assim,

Os padrões culturais das classes dominadas são considerados como uma “subcultura” avaliada em comparação com a cultura dominante, isto é, com os padrões idealizados de cultura, que constituem a cultura dos grupos social e economicamente privilegiados. É assim que a diferença se transforma em deficiência, privação, em carência. Trata-se, na verdade, de uma atitude etnocêntrica, para a qual ser diferente das classes dominantes é ser inferior. (SOARES, 2000, p. 15)

Infelizmente, essa forma discriminativa de tratar a diversidade cultural que transforma diferenças em deficiências é tomada até mesmo pela escola que ainda se fundamenta em parâmetros como esse. Como dito por Abramowicz *et al.* (2011), a escola se funda em uma imposição de um saber considerado “como parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem e de formação” que, ainda segundo as autoras, servem como base para a segregação do que é diferente, classificando-os “como inferior, incivilizado, fracassado, repetente, bárbaro etc.” (ABRAMOWICZ *et al.*, 2011, p. 94). Tudo o que for diferente desse mode-

lo idealizado seria incorporado ao conceito de diversidade “de forma que a diferença que anunciam não faça nenhuma diferença”.

É sobre esse modelo monocultural que Candou (2008), também reitera que, sob uma política assimilacionista, todos são favorecidos a fazer parte da sociedade e a incorporarem-se à cultura hegemônica e a seus valores, conhecimentos e suas mentalidades. Na educação essa imposição também ocorre segundo a autora, e com isso “essa posição defende o projeto de construir uma cultura comum e, em nome dele, deslegitima dialetos, saberes, línguas, crenças, valores “diferentes”, pertencentes aos grupos subordinados, considerados inferiores explicita ou implicitamente” (CANDOU, 2008, p. 50).

Para Candou (2008), entre os desafios que temos que enfrentar para promover uma educação intercultural, isto é, que promova a interação entre diferentes grupos culturais presentes na sociedade, está a necessidade de “promover processos de desnaturalização e explicitação da rede de estereótipos e pré-conceitos que povoam nossos imaginários sociais em relação aos diferentes grupos socioculturais” (CANDOU, 2008, p. 53). Outra necessidade é o questionamento do caráter monocultural adotado pela escola e políticas educativas, que influenciam diretamente na seleção de seus conteúdos trabalhados em sala.

Nesse sentido, discutiremos a seguir, ao tratarmos das questões que concernem à perspectiva linguística proposta por esse trabalho, o preconceito linguístico. Considerando que seu combate é uma contribuição importante para a valorização da diversidade e o respeito às diferenças.

3. Preconceito linguístico

A luta contra diversas formas de preconceitos arraigados em nossa sociedade está se tornando cada vez mais presente, almejando o fim da intolerância a diversidade. Essa luta, porém, ainda não ganhou tanta ênfase no campo linguístico como deveria. O dicionário Aurélio (2009) apresenta como definição de preconceito, além de “(...) *intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc.*”, também a de “*conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida. Julgamento ou opinião formada sem levar em conta o fato que os conteste (...)*”. Na língua esse conceito também se aplica, pois mesmo fazendo parte da vida em

sociedade, de forma tão substancial, mediando às relações entre seus membros, o desconhecimento acerca da linguagem humana é grande. Como afirma Lucchesi,

O processo de aquisição e uso da língua materna, na oralidade, se dá de forma tão natural que as pessoas não conseguem se dar conta de sua imensa complexidade nem perceber o fascinante sistema mental que usam para transformar pensamento em frases. Como as pessoas falam sem se dar conta da complexidade estrutural subjacente à produção dos enunciados, menosprezam o conhecimento mobilizado na atividade linguística cotidiana. (LUCCHESI, 2015, p. 15)

A língua tem um caráter social, ela faz parte da cultura e da identidade de seu povo. É no meio social que a realidade linguística está presente, e onde ocorre a variação linguística, isto é, “a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade” (BAGNO, 2007, 38). Apesar de muitos acreditarem na homogeneidade da língua portuguesa, é notável o quanto ela é diversificada, e isso é reflexo da heterogeneidade social. As comunidades de fala apresentam muitas variáveis dentre seus falantes: região geográfica, grupos sociais de interação, sexo, nível de escolaridade, renda, entre tantas outras, que ainda podem se construir em diferentes combinações originando inúmeras variedades linguísticas, que são, de acordo com Bagno (2007), os muitos “modos de falar” de uma língua. A premissa de uma língua “comum” é construída no imaginário social envolvendo fatores históricos, políticos e socioculturais, logo idealiza-se uma unidade que não existe (FARACO, 2017, p. 29). Essa ideia deveria ser desconstruída pelo fato de que no Brasil

(...) são faladas mais de dezenas de línguas diferentes, entre línguas indígenas, línguas trazidas pelos imigrantes europeus e asiáticos, língua surgidas das situações de contato nas extensas zonas fronteiriças com os países vizinhos, além de falarem diversas línguas africanas trazidas pelas vítimas do sistema escravista. (BAGNO 2015, p. 26-7)

Assim, ao contrário da concepção da norma-padrão, a heterogeneidade linguística é inerente em qualquer comunidade de fala. Tal como aponta Faraco (2017, p. 31) “nenhuma língua é homogênea e uniforme; todas as línguas são heterogêneas e multifformes”, o autor reitera que esse fato está ligado com a diversidade seja das experiências históricas, seja das atividades sociais e culturais dos que se reconhecem como seus falantes. Dessa forma, a variação linguística, que segundo Lucchesi (2015, p. 14) a ciência da linguagem denomina como a capacidade de qualquer língua humana viva admitir formas diferentes de dizer a mesma coisa, deve ser encarada como algo natural. Os usuários de uma língua são se-

res humanos diversificados e instáveis, nada mais inevitável que essa língua acompanhe essas transformações.

Todavia, para Camacho (2013), o rompimento das premissas onde se apoiam o verdadeiro princípio da cientificidade da linguística leva a posições impressionistas e preconceituosas sobre a natureza de certas variedades e sobre suas adequações como legítimos sistemas de comunicação.

A origem dos equívocos a respeito das concepções de língua e linguagem, segundo Bagno (2000, p. 17), se dão pela ideologia pregada pela Gramática Tradicional, ao tirá-la de seu verdadeiro lugar “o da reflexão filosófica, o de ferramenta de investigação dos processos cognitivos que permitem ao ser humano fazer uso da linguagem” e impondo-a “o papel de doutrina canônica, de conjunto de dogmas irrefutáveis, de verdades eternas”. Mesmo os estudos sociolinguísticos mostrando que a realidade linguística do país é bem diferente e que toda língua é essencialmente heterogênea e multiforme, esses pressupostos ainda continuam muito presentes em nossa sociedade. Segundo o autor, as gramáticas normativas brasileiras, imbuídas dessas distorções ideológicas, ainda se mantêm na ideia “da língua única”, e exaltam o uso da variedade empregada pelas “pessoas cultas”, a qual deveria ser utilizada por todos. Consequentemente,

(...) nasce o preconceito de que toda e qualquer variedade diferente dessa é “feia”, “estropiada”, “corrompida” e não é raro escutar que “isso não é português”. Cria-se assim uma entidade abstrata chamada “Língua Portuguesa”, cuja definição e descrição - tal como dadas nas GN - não encontram comprovação empírica na realidade histórico-social. (BAGNO, 2000, p. 26)

É a partir da crença dos gramáticos tradicionalistas, de serem capazes de impedir a mudança da língua, insistindo em descrições ultrapassadas que por eles são tidas como ideal, que se fomenta a perpetuação desse tipo de intolerância. A repetição insistente “dos bordões que denunciam e deploram a “decadência” da língua é que gera, nutre e sustenta o preconceito lingüístico” (BAGNO, 2000, p. 41).

Mesmo que do ponto de vista linguístico as diferenças não atrapalhem o entendimento entre os falantes, não chegando aos aspectos centrais da estrutura gramática, essas poucas diferenças, como nos diz Lucchesi (2015, p. 21), “são mais do que suficientes para que se erga uma barreira social cruel e implacável, que discrimina e exclui aqueles que di-

zem “é craro que nós quer participar”, repudiando qualquer foro de cidadania à fala popular”.

Os rótulos negativos dados às variedades linguísticas de falantes oriundos de classes sociais mais baixas, marginalizados, e/ou menos letrados acentuam a hierarquização social, legitimando o poder das classes dominantes. Dessa forma, “os fatores sociais atuam como um importante mecanismo de reforço e sedimentação dos mitos, estereótipos, dogmas e preconceitos que plasmam a visão hegemônica de língua na sociedade” (LUCCHESI, 2015, p. 18). Como dito anteriormente, apesar das diferenças entre a norma culta e a norma popular serem pequenas, já é o suficiente para gerar estigmas. E o preconceito surge disso, de uma atitude negativa diante de alguma manifestação linguística.

O preconceito linguístico caracteriza-se pela hipervalorização dos traços distintivos mínimos que indicam a diferença. Como todo preconceito, ele tem de proceder assim para cumprir seu papel na manutenção da ideologia dominante. A diferença da cor da pele, por exemplo, embora única, é suficiente para gerar a segregação racial, a despeito de negros e brancos compartilharem todas as demais características físicas e psicológicas que constituem um ser humano. [...] Mas são justamente essas diferenças - apesar de um número menor que as semelhanças - que atraem sobre quem as traz em sua variedade lingüística o estigma do “falar errado”. (BAGNO, 2000, p. 269)

Assim, toda essa ideologia disseminada de que se reveste o preconceito, se firma através dos muitos mitos. Todavia, no dicionário Aurélio (2009) encontramos algumas das definições de mito como “ideia falsa, sem correspondente na realidade”, “coisa inacreditável, fantasiosa, irreal, utopia”. Mais precisamente os mitos linguísticos, como diz Bagno:

(...) são provérbios, chavões repetidos à exaustão, tornados pura mentalinguagem. E como todo provérbio, afloram no discurso cotidiano como verdades naturais, como cápsulas de uma sabedoria compartilhada de que todos podem haurir livremente. O mito, fundamentalmente acrítico, é a ideologia sintetizada em pequenas falas. Despolitizado, des-historicizado, desdialetoizado, o mito é um estranho fóssil vivo. (BAGNO, 2000, p. 47-8)

Sendo o preconceito linguístico ligado em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática (Bagno, 2000, p. 9), e a escola como principal propulsora das concepções em torno da língua, cabe abordar alguns aspectos no que toca seu papel enquanto instituição de ensino.

4. Ensino e diversidade linguística

Como afirma Bourdieu (1998, p. 36), “o sistema de ensino, cuja ação se amplia e se intensifica no decorrer do século XIX, sem dúvida contribui diretamente quer para a desvalorização dos modos de expressão populares (...), quer para a imposição do reconhecimento da língua legítima”. Nesse sentido, podemos observar a importância da escola rever conceitos que mudem certos paradigmas que fazem parte de sua história.

Apesar do grande desenvolvimento atingido pelos estudos linguísticos, e sua exploração não ter tido grandes avanços no planejamento das políticas de ação na escola, os Parâmetros curriculares nacionais diz que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüística, geralmente associadas a diferentes valores sociais. (BRASIL, 1998, p. 29)

A Base Nacional Comum Curricular reafirma:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2017, p. 79)

Como podemos notar a diversidade linguística já é reconhecida há algum tempo pelas instituições oficiais de educação do Brasil. Os PCNs e agora a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) explicitam a importância de se trabalhar a variedade linguística no meio escolar, principalmente no ensino de língua portuguesa, e direcionam as práticas pedagógicas nesse sentido.

Como afirmam Faraco e Zilles (2017), a variação linguística precisa estar sempre presente no ensino da língua, porque é intrínseca a ela, porque, entre outros motivos, “constitui nossas identidades e caracteriza as ações que realizamos nas interações sociais” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 175). A escola como propulsora de concepções que é, é também

um sistema destinado à reprodução social e cultural, por ser ela diretamente vinculada as atribuições de valores sociais a variáveis linguísticas, pode ela também, a partir de um caráter homogeneizador, anular as diferenças da verdadeira dinâmica própria dos sistemas sociais. Todavia,

(...) apesar de seu caráter dominante, essa ideologia é incapaz de unificar a competência linguística de todos os grupos sociais e, desse modo, a linguagem acaba sendo o espaço privilegiado do processo sempre renovado de valores sociais em oposição. (CAMACHO, 2013, p. 85)

Considerando seu comprometimento com a melhoria da aprendizagem, a escola deve se posicionar de forma democrática e inclusiva ampliando o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural. E sendo um lugar onde as concepções de linguagem são passadas aos alunos, pode ela contribuir para a manutenção do preconceito linguístico, ou para seu esclarecimento. Mas, como diz Bagno:

(...) o preconceito, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito linguístico. (BAGNO, 2000, p. 75)

Apesar de ser um processo lento e trabalhoso, as distinções preconceituosas feitas entre as práticas de uso da língua com toda sua variação precisam ser eliminadas, e requer comprometimento, repensar as práticas escolares se faz necessário. Tal como aponta os PCNs:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (BRASIL, 1997, p. 26)

O que os PCNs, trazem de eixo organizadores segue a premissa da língua como forma de interação, considerando importante que “o indivíduo possa expandir sua capacidade de uso da língua e adquirir outras que não possui em situações lingüisticamente significativas, situações de uso de fato” (BRASIL, 1997, p. 35).

Assim, o ensino transmitido pela escola consoante aos eixos organizadores propostos pelos PCNs, se mostra como um meio muito eficaz para o combate ao preconceito linguístico e também a desmistificação de ideias equivocadas sobre, principalmente, a língua portuguesa. O professor deve se pautar sobre esses parâmetros e nos estudos sociolinguísticos, para levar seus alunos a uma reflexão sobre o uso da língua, para que assim conhecendo os verdadeiros mecanismos da língua e refletindo sobre eles, novos posicionamentos possam surgir na sociedade como um todo, dentro e fora da escola.

5. Considerações finais

Embora seja um grande desafio promover a diversidade em todos os âmbitos sociais, procuramos mostrar neste trabalho o quão importante é o direito a diferença. Um reconhecimento respeitoso das múltiplas facetas que compõem a identidade de qualquer povo é um passo importante rumo à igualdade.

Não devemos acreditar que alguma variedade da língua seja de forma inerente melhor ou mais bonita que outra. Devemos rejeitar qualquer forma de preconceito, inclusive o linguístico, abrindo espaço para debates que busquem esclarecer contradições enganosas que fazem com que os usuários de determinadas variedades linguísticas considerem-se e sejam considerados inferiorizados e incapazes de participar de forma plena de todos os âmbitos sociais. Já que, enquanto cidadão, ele é membro de uma sociedade multicultural, formada por diferentes costumes, tradições, valores, comportamentos e tudo que é fundamental para a formação da identidade de seus grupos.

Nesse contexto, a escola tem papel fundamental, visto que apesar de suas diretrizes indicarem um caminho que abarque a diversidade linguística em suas estratégias de ensino, a realidade pode não seguir por esse viés, principalmente se ela seguir a tradicional Gramática Tradicional. Nesse sentido, o professor deve estar sempre em busca de conhecimento e ferramentas que respaldem seu trabalho da melhor forma possível, buscando valorizar toda diversidade linguística e contribuindo para o combate a preconceitos tão profundamente existentes na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. Contemporânea. In: *Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2. p. 85-97.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. Edições Loyola, São Paulo, 2000.

_____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Preconceito linguístico*. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>> Acesso em: 24 de agosto de 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. “L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et La culture”, publicado originalmente in *Revue française de sociologie*, Paris, 7 (3), 1966, p. 325-347. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. Trad. de Aparecida Joly Gouveia. Petrópolis-RJ : Vozes, 1998.

CAMACHO, Roberto Gomes. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.

CANDOU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 13 n. 37, 2008.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de por-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tuguês. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEISTER, Margareth. *Aculturação e identidade cultural: uma revisão do direito internacional dos direitos humanos*. Derecho y cambio social, Santiago, v. 31. 2013, p. 14.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARQUES, Luciana Pacheco. Cotidiano escolar e diferenças. In: *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 101-117, mar. / jun. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 56

SILVA, Luzia Batista de Oliveira; GUIMARÃES, Maria de Fátima; MORETTI, Vanessa Cristina. Princípios da igualdade e desigualdade, da diferença e diversidade, gênero, corpo, violência: olhares sobre a educação. In: *Revista Travessias*, 2017, 29. ed., v. 11, n. 1, p. 39-58.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.